



PCHPAR - PCH PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 07.628.569/0001-45

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO EXERCÍCIO SOCIAL DE 2024

GERAÇÃO DE ENERGIA - O parque gerador do Grupo PCHPAR - PCH - composto por 13 Pequenas Centrais Hidrelétricas ("PCHs") - foi responsável, no exercício de 2024, pela geração de 1.211.522,18MWh, 5,64% inferior ao verificado no ano de 2023 (1.283.913,98 MWh). Devido, principalmente, ao regime hidrológico verificado. No que se refere à disponibilidade média consolidada das PCHs, em 2024, o indicador inteiro atingiu no exercício 99,00%, frente aos 98,78% de 2023. **COMERCIALIZAÇÃO** - A energia comercializada no âmbito do PROINFRA em 2024, foi de 191.010MWh. No momento, a Companhia possui decisões, de mérito ou limbo, em 78% das suas subsidiárias, impedindo as reversões de garantia física decorrentes da aplicação do art. 6º, incisos I e II, da Portaria MME 463/2009. Com isso, todas as PCHs preservam suas garantias físicas nos montantes originais. Em paralelo ao processo judicial, nos termos da Portaria MME 376/2015, está suspensa a aplicação do dispositivo de revisão retroconduzida, tendo sido criado pelo MME grupo de trabalho para propor o aprimoramento da metodologia de cálculo e revisão de garantia física. O Faturamento Bruto de energia elétrica de 2024 foi da ordem de R\$ 735 milhões, inferior em 2,8% ao apurado no exercício de 2023 (R\$ 755 milhões), devido, principalmente, à redução do preço de comercialização (II) em 4,47% (maio/2023), com impacto nos primeiros cinco meses no exercício de 2024, e (II) em 0,34% (maio/2024) com reflexo nos meses subsequentes, conforme critério de atualização monetária (IGPM) prevista nos contratos do PROINFRA. **REPACTUAÇÃO DO RISCO HIDROLÓGICO** - As empresas do Grupo PCHPAR - PCH aderiram à repactuação do risco hidrológico, nos termos da Lei nº 3.203/2015 e Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015, fazendo opção pela transferência integral do risco hidrológico (SP100) ao Consumidor. Em contrapartida, está sendo recolhido o prêmio de R\$ 9,50/MWh (data base janeiro/15, atualmente atualizado pelo ICA). **SEGURANÇA E SAÚDE OCUPACIONAL** - Em 2024, a segurança e saúde ocupacional seguiu, como prioridade da companhia, zelando pela segurança e qualidade do ambiente de trabalho. O Grupo PCHPAR seguiu implementando todos os Programas Ambientais previstos nos processos de licenciamento. Em 2024, foram aplicados aproximadamente R\$ 5,55 milhões (2023 R\$ 5,37 milhões) em atividades e ações relacionadas ao Meio Ambiente, contribuindo de forma direta para a preservação do entorno dos empreendimentos e ampliação do conhecimento científico nas regiões das usinas, bem como para integração da companhia com o meio ambiente e as comunidades locais. **SEGUROS** - A Companhia mantém contratação de seguro para suas operações. Os valores segurados, têm por base o laudo de avaliação dos ativos emitido por terceiro independente. **RESULTADO DO EXERCÍCIO** - Em 2024, a PCHPAR - PCH apurou Lucro Líquido no montante de (R\$ 492 milhões), inferior, portanto, em 7,69% quando comparado ao registrado ao final do exercício anterior (R\$ 533 milhões), devido, principalmente à redução do faturamento no âmbito dos contratos do PROINFRA, à migração de regime tributário de controlada indireta com a consequente elevação (R\$ 12 milhões) dos montantes apurados a título de imposto de renda e contribuição social. Belo Horizonte, 31 de dezembro de 2024. A Administração.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota		Controladora		Consolidado	
	explicativa	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23	31/12/23
ATIVOS CIRCULANTES						
Caixa e equivalentes de caixa	8	-	1	57.859	24.552	
Aplicações financeiras	9	5	-	1.596	3.919	
Contas a receber de clientes	10	-	-	182.650	176.312	
Dividendos a receber	12	107.927	115.852	-	-	-
Impostos a recuperar	-	-	-	5.270	6.051	
Despesas antecipadas	-	-	-	4.952	5.857	
Outros ativos circulantes	-	-	-	306	1.029	
Total dos ativos circulantes		107.927	115.858	252.633	217.720	
		(63.678)	(90.182)	-	-	-
ATIVOS NÃO CIRCULANTES						
Impostos e contribuições diferidos	-	-	-	396	242	
Impostos a recuperar	-	209	209	209	209	
Depósitos judiciais	11	-	-	15.500	19.777	
Outros ativos não circulantes	-	-	-	287	287	
Investimentos em controladas	12	891.488	903.511	-	-	-
Imobilizado	14	-	-	927.638	946.784	
Intangível	15	-	-	20.261	21.541	
Total dos ativos não circulantes		891.697	903.720	954.791	988.940	
TOTAL DOS ATIVOS		999.624	1.019.578	1.217.424	1.206.560	

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FIMDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	Nota		Controladora		Consolidado	
	explicativa	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23	31/12/23
Dividendos adicionais distribuídos referente a 2022 (R\$ 1,01 por ação)						
Lucro líquido do exercício						
Destinações:						
Dividendos declarados imputado ao mínimo obrigatório (R\$ 0,35 por ação)						
Dividendos declarados adicionais (R\$ 0,39 por ação)						
Dividendos adicionais propostos (R\$ 0,67 por ação)						
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023						
Dividendos adicionais distribuídos referente a 2023 (R\$ 0,67 por ação)						
Lucro líquido do exercício						
Destinações:						
Dividendos declarados imputado ao mínimo obrigatório (R\$ 0,33 por ação)						
Dividendos declarados adicionais (R\$ 0,34 por ação)						
Dividendos adicionais propostos (R\$ 0,63 por ação)						
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024						

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FIMDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A PCHPAR - PCH Participações S.A. ("Companhia", "Controladora" ou "PCHPAR"), constituída em 22 de fevereiro de 2005, como sociedade anônima de capital fechado, iniciou suas operações em 4 de abril de 2006, participando com 100% de 13 Sociedades de Propósito específico ("SPEs") titulares, respectivamente, de Autorizações de emissão da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") para exploração de 13 Pequenas Centrais Hidrelétricas ("PCHs") com potência instalada de 291,5 MW, pelo período de 30 anos, podendo ser prorrogadas por igual período nos termos do art. 2º da Lei 12.783/2013, com redação dada pela Lei 13.360/2016, regulamentada pelo Decreto 9.158/2017. A Companhia, em conjunto com sua controladora e as SPES, constituem o Grupo Brasil PCH ("Grupo").

A Companhia tem por objeto a implementação de pequenas centrais hidrelétricas, seja diretamente ou indiretamente, bem como toda e qualquer atividade que seja relacionada a administração, construção, planejamento, operação e manutenção de pequenas centrais hidrelétricas e ao desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica renovável por meio de pequenas centrais hidrelétricas.

As SPES estão inscritas e contratadas no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica ("PROINFRA"), tendo firmado Contratos de Compra e Venda da totalidade da geração ("CCVEs") por elas gerada, pelo prazo de 20 anos, contados do início de sua operação comercial. Ressalta-se, que, em 07 de junho de 2023, a Eletrobras cedeu tais contratos à Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Renovável S.A. ("ENBRPA"), em cumprimento ao previsto na Lei nº 14.182/2021, que dispõe acerca da desestatização da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. ("Eletrobras"), originalmente signatária dos CCVEs.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou no balanço patrimonial da Controladora, capital circulante líquido negativo no montante de R\$653.678 (R\$62.058 em 31 de dezembro de 2023). Já no balanço patrimonial consolidado, o capital circulante líquido negativo é de R\$50.182 (R\$86.962 em 31 de dezembro de 2023). A Administração entende que não existe risco de continuidade operacional, visto que o fluxo de suas receitas é estável e conhecido a partir da comercialização da energia no âmbito do PROINFRA, sendo suficiente para honrar as obrigações de curto prazo da Companhia.

A seguir breves resumo informativo das 13 PCHs. As informações acerca da capacidade instalada e da garantia física das controladas da PCHPAR não foram examinadas pelos auditores independentes.

- Fumaça Energia S.A. ("Fumaça")
- A PCH Fumaça está localizada no rio Guanhães, no Município de Dores de Guanhães (MG), com capacidade instalada de 22,5 MW e garantia física definida nos bornes dos geradores de 14,54 MWmédios. Iniciou sua operação comercial em 5 de março de 2008 e o término de sua autorização se dará em 23 de junho de 2024, nos termos da Resolução Autorizativa ANEEL nº 14.896/2023.
- A PCH Iraguaçu ingressou com ação judicial questionando o mecanismo de revisão de garantia física previsto na Portaria MME nº 463/2009, tendo obtido, em 23 de novembro de 2015, decisão liminar restabelecendo o montante original de sua garantia física, operacionalizada por meio da Portaria SPFE/MME nº 383/2015, retornando de 13,09 MWmédios para o seu valor original 14,54 MWmédios). Outrossim, conforme Portaria MME nº 376/2015, está suspensa a aplicação do dispositivo de revisão de garantia física, tendo sido criado grupo de trabalho para analisar e propor aprimoramentos necessários à metodologia de cálculo e revisão de garantia física das usinas hidrelétricas não despachadas centralizadamente. Desde então, aguarda-se a disponibilização da proposta de nova metodologia, em Consulta Pública a ser instaurada pelo Ministério de Minas e Energia (MME).
- São Joaquim Energia S.A. ("São Joaquim")
- A PCH São Joaquim está localizada no rio Benevente, no Município de Alfredo Chaves (ES), com capacidade instalada de 21 MW e garantia física definida nos bornes dos geradores de 13,28 MWmédios. Iniciou sua operação comercial em 17 de abril de 2008 e o término de sua autorização se dará em 12 de outubro de 2024, nos termos da Resolução Autorizativa ANEEL nº 14.896/2023.
- Santa Fé Energética S.A. ("Santa Fé")
- A PCH Santa Fé I está localizada no rio Paranaíba, no Município de Três Rios (RJ), com capacidade instalada de 30 MW e garantia física definida nos bornes dos geradores de 26,10 MWmédios. Iniciou sua operação comercial em 9 de maio de 2008 e o término de sua autorização se dará em 14 de novembro de 2024, nos termos da Resolução Autorizativa ANEEL nº 14.896/2023.
- Carangola Energia S.A. ("Carangola")
- A PCH Carangola está localizada no rio Carangola, no Município de Carangola (MG), com capacidade instalada de 19 MW e garantia física definida nos bornes dos geradores de 9,57 MWmédios. Iniciou sua operação comercial em 25 de junho de 2008 e o término de sua autorização se dará em 13 de janeiro de 2024, nos termos da Resolução Autorizativa ANEEL nº 14.896/2023.
- Itaipu Energética S.A. ("Itaipu")
- A PCH Itaipu está localizada no rio Claro, no Município de Jataí (GO), com capacidade instalada de 30 MW e garantia física definida nos bornes dos geradores de 20,35 MWmédios. Iniciou sua operação comercial em 30 de julho de 2008 e o término de sua autorização se dará em 20 de fevereiro de 2024, nos termos da Resolução Autorizativa ANEEL nº 14.896/2023.
- Bonifante Energética S.A. ("Bonifante")
- A PCH Bonifante está localizada no rio Paranaíba, no município de São Pedro Pereira (MG), com capacidade instalada de 19 MW e garantia física definida nos bornes dos geradores de 13,48 MWmédios. Iniciou sua operação comercial em 2 de agosto de 2008 e o término de sua autorização se dará em 6 de março de 2024, nos termos da Resolução Autorizativa ANEEL nº 14.896/2023.
- Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (ABRAGEL) ingressou com ação judicial questionando as revisões de garantia física promovidas a partir da Portaria MME 463/2009 e também durante o exercício de 2021, foram reconhecidos como ativo imobilizado, sob a rubrica "Reservatório, Barragem e Adutoras".

2. IMPACTOS DE NOVAS LEGISLAÇÕES E NORMAS

No âmbito da cobertura de seguros de riscos operacionais, foi instaurado o processo de regulação junto à seguradora com vistas ao devido amparo securitário, tendo sido indenizado à Companhia os montantes de R\$ 17.500 e R\$ 3.797, nos exercícios de 2022 e 2023, respectivamente, totalizando a importância de R\$ 21.297, reconhecida no resultado sob a rubrica de "Receita com Indenizações Recebidas", encerrando, assim, o sinistro.

2. IMPACTOS DE NOVAS LEGISLAÇÕES E NORMAS

Normas e interpretações novas e revisadas, aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024

As normas brasileiras de relatório financeiro novas e revisadas a seguir, em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, foram adotadas nas demonstrações financeiras. A adoção dessas novas e revisadas normas, aplicáveis a Companhia, não teve qualquer impacto nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras:

Norma	Descrição da alteração
IAS 1/ CPC 26: Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulante	As alterações 1 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou o prazo de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesa, ou as informações divulgadas sobre esses itens. As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes no final do período de relatório, especificamente que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicar que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas no final do período de relatório, e introduz uma definição de "liquidação" para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos financeiros, outros ativos ou serviços.
IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras - Passivo Não Circulante com Covenants	As emendas estabelecem requisitos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de covenants como circulante ou não circulante. Segundo, as emendas a pouco deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Adicionalmente, apenas covenants cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou no final do período de reporte devem estar sujeitos a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.
Alterações a IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e ao IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Acordos de Financiamento de Fomecedores	As alterações acrescentam um objetivo de divulgação na IAS 7 afirmando que uma entidade deve divulgar informações sobre seus acordos de financiamento de fornecedores que permitem aos usuários das demonstrações financeiras avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade. Adicionalmente, a IFRS 7 foi alterada para acrescentar acordos de financiamento de fornecedores com um exemplo dentro das exigências para divulgar informações sobre a exposição da entidade à concentração do risco de liquidez. O termo "acordos de financiamento de fornecedores" não é definido. Em vez disso, as alterações descrevem as características de um acordo para o qual a entidade deveria fornecer as informações.
IFRS 16/ CPC 6 (R2): Arrendamentos	As emendas incluem requerimentos que especificam que o vendedor - arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda - e retroarrendamento ("Sale and Leaseback") de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.

3. BASES DE ELABORAÇÃO

As demonstrações financeiras são elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Ativos e passivos são classificados conforme sua grau de liquidez e exigibilidade, estando classificados como circulantes quando se trata sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que também é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

4.1. Continuidade operacional

A Administração tem, na data de aprovação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, expectativa razoável de que o Grupo possua recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, continua a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

4.2. Segmentos operacionais

O Grupo atua em um único segmento operacional, considerando tratar-se de empresa holding detentora do controle direto sobre 13 SPES titulares de Autorização para exploração, respectivamente, de 13 PCHs, e que, portanto, sua receita operacional provém exclusivamente da comercialização de energia elétrica produzida pelas PCHs. Nesse contexto, as demonstrações financeiras não trazem nota explicativa de informação por segmento.

4.3. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial do Grupo quando forem parte de disposições contratuais dos instrumentos.

4.3.1. Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, em duas categorias a seguir, de acordo com sua natureza e finalidade: (i) a valor justo por meio do resultado; (ii) a valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) custo amortizado. A Companhia considerou dois fatores para definir a classificação dos ativos financeiros: o modelo de negócio no qual o ativo financeiro é gerenciado e suas características de fluxos de caixa contratuais.

No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas mensuram um ativo financeiro ao valor justo acessado, no caso de um ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia e suas controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia e suas controladas tenham transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro, bem como não retém o controle sobre o ativo financeiro.

4.3.2. Passivos financeiros

São classificados no reconhecimento inicial (a) o custo amortizado; ou (ii) mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros classificados como mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros são reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos das transações, quando aplicável, utilizando o método de juros efetivos. Na data do balanço, estão apresentados pelos seus reconhecimentos iniciais, deduzidos das amortizações das parcelas de principal, quando aplicável, e reconhecidos dos correspondentes encargos incorridos. A baixa de passivos financeiros ocorre somente quando as obrigações são liquidadas, extintas e canceladas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a soma da contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

Os passivos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros mantidos para negociação e designados como tais no reconhecimento inicial. Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

4.3.3. Passivos de ativos e passivos financeiros

Ativos e passivos financeiros somente são compensados quando o Grupo possui o direito contratual e a intenção de liquidar os instrumentos financeiros em base líquida ou simultaneamente.

4.3.4. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas do Grupo é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas na final de exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados, o qual permanece segregado em reserva específica dentro do patrimônio líquido até a sua efetiva aprovação.

4.5. Investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia. O controle é obtido quando a Companhia:

- Tem poder sobre a investida.
- Está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida.
- Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A Companhia avalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente.

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a investida.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da Companhia. O resultado abrangente total das controladas é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras, mesmo se isso gerar saldo negativo para as participações não controladoras.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas da Brasil PCH são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as informações financeiras das controladas diretas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Registrado ao custo histórico de aquisição/construção (inclusive juros e demais encargos financeiros líquidos) ou ao valor justo (mais valor), formação/ construção de ativo por combinação que não homogêneo, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas, quando aplicável. O custo líquido gastaos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um item.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens imobilizados (componentes principais) de imobilizado.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para o Grupo e o custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repositado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre o valor recebido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

4.7. Depreciação

A depreciação, exceto de móveis e utensílios e computadores e periféricos, é calculada a partir do início das operações das 13 PCHs controladas integradas da Companhia, pelo método linear, às taxas determinadas pela Portaria DANEI nº 815, de 15 de novembro de 1994, alteradas pelas Resoluções nº 367, de 2 de junho de 2009, 474, de 7 de fevereiro de 2012 e 731 de 23 de agosto de 2016 que, no entendimento da Administração, se aproximam das vidas úteis de ativos de 2016 que, para os móveis e utensílios e computadores e periféricos, a taxa de depreciação linear é definida com base na análise de vida útil de cada ativo, estimada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros.

A autorização para exploração do potencial hidrelétrico, no regime de produção independente de energia elétrica virará pelo prazo de trinta anos (vide nota explicativa nº 1) contados do início da operação comercial da primeira unidade geradora nos termos da Lei 14.120/2021, podendo ser prorrogada por igual período, conforme Lei 12.783/2013 e Decreto 9.158/2017.

Na data de 31 de dezembro de 2024, em decorrência da edição da Resolução Homologatória Nada obsta, em 10 de outubro de 2023, em decorrência da edição da Resolução Autotratativa nº 14.896 da ANEEL, que dispõe acerca da extensão do prazo de outorga dos empreendimentos hidrelétricos participantes do Mecanismo de Rescaldo de Energia - MRE, nos termos da Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, alterada pela Lei nº 14.052, de 8 de setembro de 2020 ("Resolução Autorizativa"), estando incluídas nesse rol as 13 PCHs outorgadas às SPES, (diretamente controladas pela Brasil PCH, que tiveram seu prazo de outorga estendido, nos termos do Anexo II da Resolução Autorizativa. Trata-se de compensação aos titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE pelos efeitos causados pelos empreendimentos hidrelétricos com prioridade de licitação e implantação indicados pelo Conselho Nacional de Política Energética - CNPE advinda da Lei nº 13.203/2015 alterada pela Lei nº 14.052/2020.

Em 13 de julho de 2024, a ANEEL, em 15 de agosto de 2023, foi editada a Resolução Autotratativa nº 14.896 da ANEEL, que dispõe acerca da extensão do prazo de outorga dos empreendimentos hidrelétricos que repactuaram o risco hidrológico, nos termos da Resolução Normativa 684/2015, de modo que os prazos das garantias das usinas do Grupo foram ampliados por meio da Resolução Autorizativa ANEEL nº 14.896/2023.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FIMDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

Nota	Controladora		Consolidado	
	explicativa	31/12/24	31/12/23	31/12/24
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	21	-	-	697.658
CUSTOS DAS VENDAS DE ENERGIA	22	-	-	(39.588)
Custos com depreciação e amortização	14, 15 e 22	-	-	(26.592)
Custos com repactuação do risco hidrológico	-	-	-	(21.157)
Custos com manutenção	-	-	-	(13.991)
Encargo de uso dos sistemas elétricos de distribuição (EUSD)	-	-	-	(10.924)
Custos com seguros	-	-	-	(10.866)
Custos com operação	-	-	-	(3.376)
Taxas setoriais	-	-	-	(1.202)
Custos com meio ambiente	-	-	-	(868)
Outros custos	-	-	-	(364)
Total do custo das vendas de energia	-	-	-	(129.338)
LUCRO BRUTO				568.320
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)	22	(17)	(17)	(12.565)
Despesas com pessoal e administradores	(17)	(17)	(17)	(12.565)
Despesas administrativas e gerais	(90)	(58)	(58)	(2.628)
Prêmio de risco repactuação do risco hidrológico	14, 15 e 22	-	-	(10.866)
Outras receitas (despesas) operacionais	(9)	(9)	(9)	(8.839)
Receta com indenizações recebidas	1.3	-	-	(4.670)
Resultado de equivalência patrimonial	(116)	(84)	(103)	(16.919)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS				491.891
Despesas financeiras	23	(14)	(6)	(4.455)
Recursos financeiros	23	1	3	6.429
Total do resultado financeiro	(13)	(3)	(3)	(1.974)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL				491.878
Corrente e diferida	25	-	-	(59.391)
Diferido	25	-	-	8
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL				(59.383)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO				491.878
LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO				1.30
ORDINÁRIA R\$				1.41
QUANTIDADE MÉDIA PONDERADA DE AÇÕES				377.645.430
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FIMDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	Nota		Controladora		Consolidado	
	explicativa	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23	31/12/23
Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para a						



PCHPAR - PCH PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 07.628.569/0001-45

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas efetuadas pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e de suas controladas que mais afetam os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

(i) **Redução ao valor recuperável dos ativos:** a Administração julgou não haver evidências, internas e externas, que justificassem o registro de provisão para redução ao valor recuperável sobre o ativo imobilizado e ativo intangível.

(ii) **Valor residual dos bens do imobilizado:** a Companhia detém a via útil e o valor residual com base no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico ("MCPSE") conforme Resolução Normativa nº 674/2015 da ANEEL, sendo que as taxas de depreciação e amortização atualmente utilizadas são consideradas apropriadas, conforme divulgado na nota explicativa nº 4.7.

(iii) **Provisões para compromissos futuros:** as provisões para compromissos futuros são reconhecidas, principalmente, com base em custos estimados de desapropriação e reforçamento de áreas próximas às instalações das usinas geradoras de energia elétrica e programas ambientais. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como decisões de tribunais, e exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos.

(iv) **Imposto de renda e contribuição social diferidos:** são reconhecidos em contrapartida aos efeitos dos ajustes financeiros dos CCVFs, registrados nas controladas diretas.

Em 31 de dezembro de 2024, não havia, na Controladora, saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as diferenças temporárias visto que não há histórico de lucro tributável, tampouco evidências positivas de lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias destrutivas possam ser utilizadas.

(v) **Ajustes Financeiros - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica:** são reconhecidos em contrapartida aos ajustes de comercialização de energia, cujo impacto financeiro ocorre no ano seguinte em 12 parcelas, conforme mencionado nas notas explicativas nº 1.1 acima. A provisão é revisada e ajustada anualmente para levar em conta alterações nos dados contabilizados pela CCEE e/ou pela ENBP.

(vi) **Aplicação dos instrumentos financeiros:** a nota explicativa nº 25 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo dos instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas. A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

6. RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA

O quadro a seguir traz os principais marcos relacionados às Autorizações emitidas pela ANEEL para cada uma das pequenas centrais hidrelétricas do Grupo Brasil PCH:

PCHs	Localização	Capacidade instalada (MW)	Área garrida (MWh)	Data de início da operação comercial	Início término	Auto-geração (MWh)	Índice de geração	Mês de início
Bonfante	Rio Parabuna, Simão Pereira, MG	19	13,48	28/08/01	02/08/08	06/03/42	-	-
Calheiros	Rio Itabapoana, Bom Jesus, RJ	19,5	10,92	14/01/00	12/09/08	08/05/42	-	-
Caparaó	Rio Preto, Dores do Rio Preto, ES	4,5	2,61	30/12/59	30/12/08	14/01/42	-	-
Carangola	Rio Carangola, Carangola, MG	15	9,57	23/12/59	25/08/08	13/01/42	-	-
Funil	Rio Guarhanés, Dores de Guarhanés, MG	22,5	14,54	23/12/59	05/03/08	23/06/41	-	-
Irara	Rio Doce, Itai, GO	30	18,21	25/09/02	06/09/08	07/04/41	-	-
Jatá	Rio Claro, Jatá, GO	30	20,35	19/12/02	30/07/08	20/02/42	-	-
Monte Serrat	Rio Parabuna, Comendador Levy Gasparian, RJ	25	18,28	28/08/01	13/02/08	03/12/42	-	-
Retiro Velho	Rio da Prata, Apuró, GO	18	13,15	13/11/02	16/06/08	30/05/43	-	-
Santa Fé	Rio Parabuna, Três Rios, RJ	30	26,1	06/11/02	09/05/08	14/11/41	-	-
São Joaquim	Rio Benevente, Alfredo Dias, ES	21	13,28	19/10/00	17/04/08	12/10/41	-	-
São Pedro	Rio Jucu Braço Norte, Domingos Martins, ES	30	18,41	19/11/03	16/06/09	13/06/43	-	-
São Simão	Rio Itapemirim, Alegre, ES	27	15,2	23/03/01	03/02/08	16/12/42	-	-

(*) O término das autorizações já contemplam as extensões dos prazos de autorização das PCHs, conforme divulgado na nota explicativa nº 4.7.

7. COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA - PRONIFA

Os quadros a seguir trazem os principais dados dos CCVFs firmados no âmbito do PRONIFA em 31 de dezembro de 2024 e de 2023:

Bancos	2024		2023	
	Valores	Prazo	Valores	Prazo
Aplicações em Certificados de Depósitos Bancários	57.855	24.543	57.855	24.543

As aplicações financeiras de liquidez imediata em Certificado de Depósito Bancário - CDB, junto ao Banco Itaú Unibanco (*) representam 100% da remuneração de valor justo, sendo que a remuneração por taxas de mercado variando de 97,0% a 100,0% (98,0% a 101,5%, em 31 de dezembro de 2023), do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

9. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Fundos de investimento em renda fixa

Controladora	Consolidado
31/12/24	31/12/23
5	1.926
3.913	3.913

Referem-se a aplicações financeiras de liquidez imediata em valores abertos de renda fixa, junto ao Banco do Brasil. As aplicações financeiras possuem remuneração que varia de 96,0% a 104,0% (97,0% a 101,0%, em 31 de dezembro de 2023) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, cumprindo destacar que referidas aplicações financeiras não atendem todos os requisitos para classificação como equivalentes de caixa.

10. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES (CONSOLIDADO)

Referem-se ao valor da venda da energia gerada pelas SPES no âmbito do PRONIFA, no montante de R\$ 182.650 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 176.312 em 31 de dezembro de 2023), líquido dos respectivos impostos retidos na fonte, conforme cronograma contratual que prevê o pagamento das faturas em 03 (três) parcelas iguais e consecutivas, nos dias 20 e 30 do mês subsequente à competência do faturamento, e a última, no dia 10 do segundo mês subsequente. Deste montante, R\$ 105.917 (R\$ 79.424 em 31 de dezembro de 2023) referem-se ao Desconto Mensal do Prêmio de Repatuação do Risco Hidrológico ("PRRH"), tratado na nota explicativa 1.2 acima.

Cumprir e ressaltar que o Grupo não constitui perdas de créditos operacionais, levando em consideração sua experiência histórica de vendas de energia elétrica em períodos passados e das principais características do PRONIFA, vendendo contrato, dentre elas, a neutralidade garantida à ENBP, como administradora do programa.

11. DEPOSITOS JUDICIAIS - CONSOLIDADO

Controladora	Consolidado
31/12/24	31/12/23
1	4
57.855	24.543
25.542	25.542

Tributárias (a)

Desapropriações e serviços (b)

Trabalhistas (c)

Cíveis

(a) Referem-se IR/CSLL sobre indenização de bens sinistrados das SPES São Joaquim Energia S.A. e Santa Fé Energética S.A. (controladas diretas).

(b) Algumas controladas indiretas da Companhia são autoras de processos judiciais, nos quais reivindicam a propriedade de terrenos por desapropriação ou restrição do uso por servidão administrativa, conforme o caso. Estes terrenos estão sendo utilizados nas instalações das PCHs e das linhas de transmissão de interesse restrito. Durante o exercício de 2024, o Grupo registrou o montante de R\$ 3.510 em contrapartida da rubrica "Provisão para Compromissos Futuros", em função dos depósitos já terem sido levantados pelos detentores dos direitos de propriedade ou do período de passagem.

(c) Algumas controladas diretas da Companhia são responsáveis e corresponsáveis (solidária ou subsidiariamente) em processos judiciais, nos quais está em discussão o pagamento de verbas trabalhistas pela Companhia e/ou pelas SPES e por empresas terceiras, conforme o caso.

12. INVESTIMENTOS EM INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Conforme nota explicativa nº 1, a Companhia detém o controle individual com 100% de suas 13 PCHs. Movimentação dos saldos

31/12/24	31/12/23
903.511	1.003.106
(251.847)	(353.032)

No início do exercício

Dividendos adicionais aprovados

Dividendos mínimos obrigatórios e dividendos intermediários do exercício corrente

Equivalência patrimonial

No fim do exercício

(a) Informações das controladas diretas

Os principais saldos patrimoniais das controladas diretas em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são apresentados como segue:

	31/12/24				
	Ativos não circulantes	Ativos não circulantes	Passivos não circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido
Bonfante	14.889	69.046	20.939	1.974	61.022
Calheiros	12.110	54.811	11.744	1.400	53.587
Caparaó	9.376	55.468	14.524	459	48.965
Carangola	10.724	39.249	12.691	1.036	36.246
Funil	15.732	56.178	12.234	3.207	56.469
Irara	19.957	86.446	18.017	4.221	84.165
Jatá	62.118	93.356	12.391	1.298	76.288
Monte Serrat	20.043	95.809	16.419	2.521	96.994
Retiro Velho	14.491	85.009	11.081	2.457	86.062
Santa Fé	49.886	144.110	77.898	22.014	94.084
São Joaquim	15.074	60.418	17.164	3.425	54.903
São Pedro	55.712	93.293	43.950	3.815	85.766
São Simão	16.911	76.564	15.801	1.660	76.014
Total	252.625	964.582	279.130	46.592	891.485

	31/12/23				
	Ativos não circulantes	Ativos não circulantes	Passivos não circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido
Bonfante	13.352	69.569	18.091	2.930	61.900
Calheiros	11.032	54.902	10.516	1.790	53.628
Caparaó	2.926	18.100	1.915	220	18.891
Carangola	69.118	55.468	14.524	1.119	54.864
Funil	14.421	57.768	14.407	2.824	54.958
Irara	17.980	89.333	17.138	6.632	83.543
Jatá	19.906	86.385	23.390	1.683	81.218
Monte Serrat	18.008	97.025	13.109	2.488	98.703
Retiro Velho	15.074	85.293	12.391	1.298	82.183
Santa Fé	48.131	149.755	75.613	25.664	96.609
São Joaquim	13.309	63.649	18.201	3.675	55.082
São Pedro	20.599	95.269	11.919	1.817	102.132
São Simão	15.732	79.022	16.238	1.298	76.288
Total	217.715	988.632	245.621	57.215	903.511

Os principais saldos de resultado das controladas diretas em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são apresentados como segue:

	31/12/24				
	Receita líquida	Lucro bruto	Lucro antes do resultado financeiro	Lucro antes do resultado financeiro	Lucro líquido
Bonfante	48.794	39.026	37.370	37.392	35.810
Calheiros	39.757	31.006	29.676	29.706	28.421
Caparaó	9.428	6.608	6.395	6.426	6.130
Carangola	35.367	28.435	26.747	26.563	25.424
Funil	52.096	43.524	42.499	42.809	40.983
Irara	66.005	54.811	54.222	54.820	52.672
Jatá	69.118	55.468	53.594	53.864	55.731
Monte Serrat	66.243	53.331	53.240	53.359	51.167
Retiro Velho	47.766	36.758	36.233	36.238	34.664
Santa Fé	90.118	75.833	70.609	71.140	67.615
São Joaquim	49.336	41.008	39.913	39.901	38.306
São Pedro	67.893	56.934	55.010	55.247	52.967
São Simão	55.712	43.293	43.950	43.926	42.118
Total	697.658	568.315	549.401	551.391	492.007

	31/12/23				
	Receita líquida	Lucro bruto	Lucro antes do resultado financeiro	Lucro antes do resultado financeiro	Lucro líquido
Bonfante	50.136	41.223	39.627	39.660	38.024
Calheiros	40.758	31.814	30.614	30.662	29.240
Caparaó	6.611	6.592	6.811	6.851	6.545
Carangola	36.254	29.070	25.319	25.389	24.005
Funil	52.831	44.548	43.761	42.815	41.276
Irara	67.133	56.093	55.401	55.553	53.338
Jatá	74.845	62.857	60.923	61.022	58.563
Monte Serrat	67.953	57.112	56.585	56.813	54.530
Retiro Velho	51.611	45.922	45.199	45.287	43.764
Santa Fé	92.404	78.992	77.188	77.719	75.136
São Joaquim	50.116	41.962	41.088	41.174	39.534
São Pedro	69.467	58.686	56.880	57.289	54.899
São Simão	57.070	47.131	45.819	45.878	44.440
Total	717.591	596.135	579.303	580.725	532.904

(b) Dividendos a receber

Controladora	31/12/24	31/12/23
Dividendos aprovados	46.305	67.629
Dividendos recebidos	(563.582)	(115.852)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	115.852	115.852
Dividendos aprovados	115.852	504.030
Dividendos recebidos	(511.955)	(107.927)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	115.852	504.030

13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração identificou os principais saldos e transações com partes relacionadas, e seus efeitos são assim demonstrados:

Controladora	31/12/24	31/12/23
Ativo circulante - dividendos a receber	11.468	10.415
Bonfante	2.401	6.053
Calheiros	1.500	4.597
Caparaó	159	394
Carangola	6.009	9.284
Funil	1.421	37.653
Irara	5.518	7.283
Jatá	19.882	11.654
Monte Serrat	4.517	3.882
Retiro Velho	1.200	2.979
Santa Fé	38.523	38.583
São Joaquim	8.723	10.250
São Pedro	1.2	2.425
São Simão	5.407	8.053
Total	107.927	115.852

Passivo circulante - dividendos a pagar

Controladora	31/12/24	31/12/23
Brasil PCH S.A.	171.609	177.914

As práticas e condições das transações com partes relacionadas acima se deram em conformidade com as partes.

Remuneração do Pessoal-Chave

Em 31 de dezembro de 2024, registrou-se o pagamento, a título de remuneração das pessoas-chave, do montante de R\$ 1.704 (R\$ 1.698 em 31 de dezembro de 2023) pela Companhia e por suas controladas diretas e indiretas. Ressalta-se que não há outros benefícios de curto prazo, pois emprego ou benefícios de longo prazo.

(a) IMOBILIZADO - CONSOLIDADO

(a) Composição do imobilizado - consolidado

	Taxa de Depreciação		Consolidado	
	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23
Terrenos (*)	-	-	37.756	45.868
Turbina hidráulica	2,50%	113.718	113.235	113.235
Conduto forçado	3,13%	25.864	27.392	27.392
Gerador	3,33%	57.542	64.239	64.239
Comporta	3,33%	18.782	20.011	20.011
Substituição unitária	3,57%	31.563	34.249	34.249
Estrutura de tensão	3,57%	15.574	14.565	14.565
Casa de força produção hidráulica	2,00%	308.727	316.650	316.650
Reservatório, barragem, adutora	2,00%	253.626	256.671	256.671
Outras máquinas e equipamentos	3,65%	51.819	54.525	54.525
Imobilizado em Curso	-	12.667	2.097	2.097
Total	-	927.638	946.784	946.784

(*) Terrenos vinculados às SPES depreciados de acordo com o período de autorização, considerando a renovação por mais 30 anos.

(b) Movimentação do imobilizado - consolidado

31/12/23	Adições	Baixas	Transferências	31/12/24
Custo:				
Terrenos	45.868	362	(10.432)	4.379
Turbina hidráulica	175.671	-	(4)838	180.497
Conduto forçado	49.897	-	-	34
Gerador	117.051	-	(6)	15
Comporta	17.444	-	-	17.444
Substituição unitária	75.062	-	(8)	75.054
Estrutura de tensão	28.856	-	(171)	21.225
Casa de força produção hidráulica	449.492	-	-	1.077
Reservatório, barragem, adutora	350.436	1.929	-	1.864
Outras máquinas e equipamentos	99.020	(141)	-	99.092
Imobilizado em curso (*)	2.097	26.554	(15.294)	12.667
Total	1.430.945	28.845	(11.660)	1.448.327